

**LEI ORDINÁRIA N. 935 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.**

*“Altera a Lei nº 141/2011, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinando, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, na Prefeitura Municipal de Morretes, conforme específica”.*

(Origem Substitutivo ao Projeto de Lei Ordinária nº 2593/2025 – Iniciativa do Poder Executivo Municipal – Prefeito Sebastião Brindarolli Junior).

**Art. 1º** Altera-se a Lei n.º 141/2011, sendo que seu parágrafo único do art. 1º passa a ter nova redação:

“Parágrafo Único - As contratações a que se referem o "caput" deste artigo dar-se-ão sob a forma de contrato de Regime Especial de Direito Administrativo – REDA”

**Art. 2º** O art. 2º fica acrescido do §4º:

“Art. 2º (...)”

§4º Todas as Secretarias Municipais poderão se valer da contratação temporária para o atendimento de licenças legais e/ou ausência de servidores efetivos, até a realização de concurso público, a fim de não interromper o serviço público.”

**Art. 3º** O caput do art. 6º passa a ter nova redação: como também se incluem outras funções:

“Art. 6º Os empregos públicos para o atendimento da necessidade temporária e de excepcional interesse público são:

**Parágrafo Único:** Incluem-se ao art. 6º as funções de:

EMPREGO PÚBLICO TEMPORÁRIO	VAGAS	Carga Horária
Professor I	66	20 horas/semanais
Professor II	08	20 horas/semanais
Agente social	06	40 horas/semanais

**Art. 4º** O art. 9º, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º Aplica-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei os seguintes direitos:

I – Salário previsto no edital da seleção pública, o qual não deverá ser superior a nível inicial do cargo público;

II – Jornada de trabalho previsto no edital da seleção pública, que não ultrapasse a 44 horas semanais;

III – Horas extras, quando o trabalho assim o exigir, com acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal;

IV – Adicional noturno, caso o trabalho o exija, o qual será devido nos termos da legislação aplicável;

V- Descanso semanal remunerado

VI – INSS

**Art. 5º.** Acrescenta-se ao art. 9º os §§1º e 2º:

“Art. 9º (...)

§1º Para o caso de licença maternidade, deverá ser aplicado o afastamento pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

§2º As hipóteses de licença para tratamento de saúde e acidente de trabalho devem observar a legislação previdenciária aplicável ao regime geral.

**Art. 6º** O inciso I, II, III, VIII, todos do art. 9º ficam revogados.

**Art. 7º** Art. 7º Inclui-se os §§ 3º e 4º no art. 15:

“Art. 15 (...)

§3º A demissão de empregado, poderá ocorrer por resultado negativo da Avaliação de Desempenho Funcional ou mediante ato formal escrito, com a motivação da dispensa e fundamento legal.

§4º Não se aplica o processo administrativo disciplinar para as contratações temporárias regidas pelo regime especial de direito administrativo.”

**Parágrafo único:** Não se aplica o processo administrativo disciplinar para as contratações temporárias regidas pelo regime especial de direito administrativo.

**Art. 8º** Os arts. 12, 14, o §1º e o caput do art. 15 e 16 ficam revogados.

**Art. 9º** O art. 15, § 2º passa a ter nova redação:

§2º A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, assegura ao contratado o recebimento dos valores devidos, proporcionalmente aos dias trabalhados até sua rescisão e não exige notificação prévia.

**Art. 10** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA,** Morretes, em 03 de novembro de 2025.



**SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**  
Prefeito